

## REDES COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

### RESUMO

A participação em organizações comunitárias e movimentos sociais pelas populações do semiárido brasileiro provoca importante mudança numa secular história de pobreza, exclusão social naquela região do país. O presente trabalho analisa a trajetória e as experiências de movimentos sociais até a sua articulação em uma rede de movimentos permanentemente reticulados em torno da “Articulação do Semiárido” (ASA), que tem avançado para o enfrentamento da crônica “crise hídrica” que afeta grande parte da Região Nordeste do Brasil. Para análise das experiências utilizou-se dos métodos da observação participante e entrevistas individuais. Já para a análise teórica, partimos das teorias dos novos movimentos sociais. Entre as principais conclusões destacam-se a organização e a participação comunitária como fonte de dinamização da vida social local como caminho para enfrentamento dos graves problemas sociais e ambientais e, a participação em redes ou articulações mais amplas cada vez mais necessárias na realidade contemporânea.

**Palavras Chave:** Movimentos Sociais, organizações comunitárias, participação, redes.

---

1 Doutor em Sociologia, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pesquisador e extensionista nas áreas de movimentos sociais, juventudes, desenvolvimento local e territorial. pauloafonsobr@hotmail.com

## *ACTION STRATEGY AS NETWORK AND ORGANIZATION OF SOCIAL MOVEMENTS CONTEMPORARY*

### **ABSTRACT**

Participation in community organizations and social movements by the population of the Brazilian semi-arid causes major change in a secular story of poverty, social exclusion in that region of the country. This paper analyzes the history and social movement experiences to its articulation in a network moves permanently cross-linked around the “Articulação do Semiárido” (ASA), which has advanced to face the chronic “water crisis” that affects large part of the northeast region of Brazil. For analysis of the experiments we used the methods of participant observation and individual interviews. As for the theoretical analysis, we break the theories of new social movements. Among the main conclusions stand out the organization and community participation as a source of local social life dynamics as a way to cope gives serious social and environmental problems, and participation in broader networks or joints increasingly needed in contemporary reality.

**Keywords:** social movements, community organizations, participation, networks

## Introdução

O presente artigo discute a constituição das redes como uma estratégia de intervenção dos movimentos sociais no final do século XX. Portanto, como uma busca consciente e racional para constituição de formas de intervenção e organização, faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Movimentos Sociais e Cidadania Democrática no Nordeste Brasileiro”. O presente estudo enfoca a análise de uma rede concreta de organização e ação social, como formas fundamentais de expressão dos interesses coletivos que se expandem à medida que as próprias redes (seus membros individuais e coletivos) criam e assumem metodologias específicas de ação em rede; conseguem legitimidade de suas demandas junto ao conjunto da sociedade, às forças políticas presentes no jogo político local e global; provocam mudanças significativas na realidade local e fortalecem os vínculos solidários na base social, constituindo, assim, um novo sujeito social e político, expressão do fortalecimento da sociedade civil.

O nosso objeto de estudo específico é a criação de uma experiência inovadora conhecida como “Articulação do Semiárido” – ASA, importante fenômeno de dinamização da vida comunitária e de mobilização social, capaz de provocar importantes impactos na realidade atual. Trata-se de uma rede presente em onze estados do país (região do semiárido: o Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo), analisamos seu processo de constituição e consolidação, destacando em torno de que as pessoas se aproximam e se envolvem em ações coletivas e lutas sociais e políticas, no esforço de enfrentamento e superação dos problemas vivenciados.

Nossa opção metodológica buscou construir a maior aproximação possível entre o pesquisador e o público pesquisado, consideramos que este é um caminho importante para captar as singularidades da experiência pesquisada: em torno de que as pessoas se agrupam, como tecem os vínculos sociais, elaboram estratégias de ação e organização, como na prática se constrói e se mantém uma experiência participativa na qual atores articulam-se, compondo afinidades e diferenças, relações solidárias e disputas individuais, mas sendo participantes efetivos de processos de mudança social. Baseado nas metodologias qualitativas, assumimos técnicas da observação participante e de entrevistas individuais. E para nossa análise teórica, nos beneficiamos das teorias dos novos movimentos sociais, particularmente das elaborações de Alberto Melucci e os pesquisadores

do Coletivo para o Impulso dos Movimentos Sociais (CIMS).

Distribuímos o artigo em três seções: na primeira registramos a trajetória de ação, organização e luta dos movimentos sociais no semiárido brasileiro, suas principais bandeiras de lutas e formas de organização; a segunda, realizamos destacamos o processo de constituição da Articulação do Semiárido, a ASA, como uma rede permanente reticulada, pontuando o processo mobilizador de enfrentamento da grande seca de 1992 a 1993, um dos problemas ambientais e sociais mais graves desta região do país, até a participação organizada numa das Conferências da ONU sobre o clima, a COP – 3, onde se decidiu pela estruturação da Rede; na terceira, discutimos a relação desta experiência com o debate sociológico contemporâneo sobre movimentos sociais e redes.

Entre as conclusões registramos que as redes de movimentos sociais se consolidam como uma importante estratégia de ação dos movimentos sociais entre o final do século XX e início do século XXI. Em uma das Regiões consideradas mais “atrasadas” do país, consolida-se um novo sujeito social e político, a ASA, como experiências participativas e de construção de vínculos sociais, através de “comunidades de afeto ou de valores”, de lutas por vida melhor e intervenção na política local e global, expressam interesses coletivos, que se ampliam para constituição de novas esferas públicas não estatais e não governamentais, mas com profundas vinculações a estas esferas políticas, o que se configura como democracia participativa.

## **I. Movimentos Sociais no Semiárido Brasileiro nas últimas décadas do século XX**

Durante várias décadas e pelo menos mais de um século, os conhecidos “retirantes”, ou “flagelados da seca”, se transformaram na expressão mais comum para expressar a realidade das populações do semiárido brasileiro, naturalizando uma situação social e ambiental, de extrema pobreza e exclusão social, construindo uma identidade que foi afirmada e transmitida para o imaginário nacional, através da música, da literatura, da pintura, do cinema, dos discursos políticos. A região é também reconhecida por relações sociais e políticas marcadas pelo coronelismo e autoritarismo, que, segundo Roberto Malvezzi (2003), mantêm e reproduzem estruturas fundiárias baseadas no latifúndio com fortes relações clientelistas através da conhecida “indústria da seca”, que tem sido utilizada como

instrumento para manter a situação secularmente inalterada, e para ampliar ilimitadamente as desigualdades sociais.

Tal situação e concepção começam a ser transformadas pela participação das populações locais em organizações comunitárias e movimentos sociais. Na década de 70 e início dos anos 80, apesar das enormes perseguições e intimidações por parte das forças do regime militar e do latifúndio, articulam-se no semiárido brasileiro vários movimentos sociais no campo, como o movimento sindical, e alguns movimentos eclesiais de camponeses, como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e o Movimento de Evangelização Rural (MER). Estes movimentos desenvolveram várias formas de organização comunitária, lugares onde as pessoas se encontram, se ajudam, constroem laços de amizade e solidariedade. Há registros significativos da presença destes movimentos em diversas lutas de resistência pela posse da terra e pelo acesso a água na região.<sup>2</sup> Além disso, prestaram enorme serviço para a animação das lutas sociais, para criação de movimentos e organizações, para formação de lideranças populares, que tiveram importante papel nos processos de mobilização e organização social, popular, sindical do período, com consequências para os anos seguintes.

Neste período em que as organizações populares viviam em semiclandestinidadade, registra-se a importância fundamental da disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), como fenômeno importante para estimular movimentos sociais populares. (REZENDE, 2002, p. 113 – 131).

As CEB's significaram importante expressão eclesial popular no Brasil e em quase todos os países da América Latina e Caribe, constituindo-se como significativa sementeira de movimentos populares e das lutas democráticas no continente. Esta expressão organizativa teve sua origem em experiências da Região Nordeste do Brasil, no interior do Estado do Rio Grande do Norte, contando com as diversas estruturas e articulações da Igreja Católica e algumas Igrejas Protestantes, que facilitaram sua rápida expansão. Esta experiência associativa de base, atraiu

---

2 Estes registros são boletins dos próprios movimentos, entre estes se destaca o “Grito do Nordeste”, que circulou por mais de 20 anos, atingindo grande capilaridade em todos os estados da região e em lugares onde não chegava nenhum outro tipo de informação impressa. Além de relatórios, boletins, informativos das dioceses, sobretudo, aquelas com trajetória de apoio às lutas sociais.

para a Região Nordeste do Brasil, importantes agrupamentos de religiosos e intelectuais interessados em apoiar processos de organização e luta popular, o que marcou significativa contribuição na sua afirmação metodológica e política. No semiárido brasileiro estas comunidades tiveram importância ainda maior devido a pouca existência de outros espaços de organização e expressão popular.

O final da década de 1970 e os anos 80 foram marcados por profundos processos de mobilização social no Nordeste, principalmente em torno da luta pela terra, contando com forte influência de organismos das igrejas, com vários movimentos animando as lutas dos camponeses, tendo a Comissão de Pastoral da Terra (CPT) – em vários estados do Nordeste a CPT é uma continuidade do MER e da ACR, acima citados –, como uma expressão organizativa visível e os Sindicatos com suas Federações, também como referências importantes naquele momento. A partir das lutas de resistência dos camponeses, desencadeou-se importante processo, conhecido como “novo sindicalismo”, que se desenvolveu na luta pela construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre 1981 e 1983. Em alguns estados, este processo se realizou por dentro da estrutura sindical tradicional, em outros, verificaram-se intensas disputas, criando-se oposições sindicais, que ganharam eleições em importantes sindicatos de trabalhadores rurais e tentaram chapas de oposição em algumas Federações de Trabalhadores Rurais.<sup>3</sup> Neste mesmo período, é organizado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que teve grande importância para trazer um significativo número de mulheres para o envolvimento nas lutas sociais, mas também provocou impacto na renovação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Na segunda metade da década de 1980, organiza-se, também na região, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)<sup>4</sup>.

---

3 Entrevista com Raimundo Andrade – Dé, ex militante do MER e diretor da CUT – PB, para a pesquisa “Movimentos Sociais e Cidadania Democrática no Nordeste brasileiro”, em 22 de agosto de 2007.

4 Embora tenha sido fundado nacionalmente em 1984, o MST demorou mais a se estruturar no semiárido nordestino, uma vez que nesta região as principais lutas estavam centradas na resistência contra a expulsão de posseiros que durante vários anos já trabalhavam nas terras com diversas formas de arrendamento. Também na Região, algumas federações de sindicatos de trabalhadores rurais, assumiam a condução destas lutas.

A década de 1980 é marcada pela diminuição do envolvimento da Igreja católica com as lutas sociais (pelo menos, de suas estruturas e hierarquias), no chamado Nordeste II da CNBB, com o afastamento da figura emblemática de Dom Hélder Câmara e o seguido desmonte de vários organismos de apoio às lutas sociais, até mesmo a desarticulação e destruição do edifício-sede do regional, conhecido como Giriquiti, que foi referência importantíssima de resistência durante todo o regime militar. Muitos técnicos e militantes, oriundos dos serviços eclesiais, no esforço de manter parte da ação realizada, decidiram construir entidades que, posteriormente, passaram a se designar como ONG's. (Rezende, 2002).

No que diz respeito especificamente ao semi-árido, registramos a criação do Centro de Capacitação em Projetos Alternativos (CECAPAS) com sede em Pesqueira – PE, mas com atuação em vários estados. A idéia e a prática dos chamados projetos alternativos aparecem como experiências de grupos comunitários, entidades sindicais, organismos de apoio aos setores populares que desenvolveram importantes experimentos em torno de atividades econômicas e sociais, para gerar trabalho, melhorar a renda, garantir condições de sobrevivência nas regiões de origem. A multiplicação destas experiências, juntamente com outras de caráter educativo ou social, é responsável pela criação do Fórum Seca em 1989.

## **2. A organização e as ações em redes: uma decisão histórica e contextualizada**

É em meio a esse processo organizativo e mobilizador acima descrito, que o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, envolvendo outros movimentos sociais no campo e outras entidades da sociedade civil no Nordeste, enfrentam a grande seca de 1992 – 93. Segundo Ângelo Zanré (1997), os dados disponíveis na SUDENE indicam que esta foi a pior seca do século, atingindo 99% dos municípios do Ceará, 93% do Rio Grande do Norte, 92% da Paraíba, 89% de Pernambuco. Nesse período, agravaram-se os problemas de saúde da população, com forte aumento da desnutrição, loucura, suicídio (ZANRÉ, 1997).

Como em secas anteriores, esta também é marcada pelos saques realizados por camponeses famintos, ora ocupando prédios públicos, ora saqueando feiras livres, depósitos públicos de alimentos, caminhões transportando alimentos em vias públicas. Em 1992, Zanré (1997, p. 13 – 19) registra os seguintes saques:

Pernambuco, 60 saques, mobilizando 56.610 pessoas; Alagoas, 13 saques, com 15.675 pessoas mobilizadas; Paraíba, 49 saques, com 29.345 pessoas mobilizadas; Rio Grande do Norte, 77 saques, com 10.299 pessoas; Ceará, 80 saques, com 48.551 pessoas.

As mobilizações do início da década de 1990 demonstram algumas diferenças em relação às anteriores. Percebe-se como, ao lado dos históricos saques, outras iniciativas vão sendo realizadas, como uma crítica qualificada às iniciativas governamentais para o enfrentamento da questão:

A emergência e a atualidade da questão da seca no Nordeste demonstra claramente a falta de vontade política da elite dirigente brasileira em criar condições possíveis de convivência com este fenômeno presente na maior parte da região Nordeste. (ZANRÉ, 1997, p. 7 – 8).

Organiza-se uma combinação de mobilizações na base, geralmente espontâneas, em que “grupos de camponeses famintos, invadem cidades sede dos municípios atingidos pela seca, em busca de alimentos e trabalho” (Idem, p.7) e a denúncia dos processos viciados, assumidos pelas iniciativas governamentais, que alimentam e reproduzem a “indústria da seca”. Verifica-se a articulação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, com outros segmentos da sociedade civil, principalmente organismos das igrejas, outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Organizações Não Governamentais (ONG’s) de apoio aos movimentos sociais no campo, ou ONG’s de promoção de iniciativas que melhorem a vida no meio rural. Tal articulação é responsável por uma inovadora concepção e prática social e política para o enfrentamento da problemática da seca. Essa inovação é marcada pelo trabalho articulado em rede. Assim, em março de 1993, ocorre a histórica ocupação da SUDENE (Inf. N° 03).

Esta ocupação é resultado de um processo que articulou outras lutas. Em dezembro de 1992, sob a articulação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), mais de 30 sindicatos e outras entidades convidadas realizam uma avaliação das ações realizadas desde 1990, quando os institutos de meteorologia começaram a anunciar a prolongada seca,



destacando-se, nesta avaliação, a ‘timidez’ das ações dos movimentos sociais, bem como o descaso do governo, diante de uma situação tecnicamente previsível. A partir dessa constatação, decidem iniciar o ano seguinte com uma ofensiva capaz de sensibilizar a sociedade civil, e pressionar os governos para ações inovadoras e mais definitivas para enfrentamento da questão (Inf. 03). Portanto, o novo ano de 1993 deveria começar com ações de articulação e mobilizações nos estados, culminando no mês de março, com a realização de uma intensa mobilização nacional, incluindo uma audiência com o governo federal.

Chega-se ao mês de março. Depois de várias tentativas, sem sucesso, de marcar uma audiência com o Presidente da República, o movimento sindical convoca suas bases e os outros movimentos sociais e ONG’s para uma atitude de maior visibilidade. Março é um mês emblemático para amplas parcelas de trabalhadores rurais nordestinos, devido a presença de forte traço cultural, marcado pelo dia de São José, com várias celebrações e previsões sobre as condições de chuvas para o ano. Este também é o dia que vários trabalhadores guardam para o início do plantio, dizem que “plantam no São José para comer no São João”. Entre 14 e 16 de março de 1993, realizaram-se marchas, caravanas, de centenas de trabalhadores e trabalhadoras para uma manifestação unitária em Recife. As delegações dos diversos estados do Nordeste se encontraram no Marco Zero, centro histórico do Recife, onde se juntaram a outros trabalhadores e participantes dos movimentos sociais locais e saíram em marcha para o bairro do Engenho do Meio, onde está localizada a SUDENE.

A marcha do Marco Zero até o edifício sede da SUDENE apresentou importantes inovações enquanto mobilização social de multidões: a criatividade e a ludicidade foram características marcantes do ato, com várias expressões da cultura popular camponesa, bem como as expressões de combatividade e de celebração. Em cada parada, eram entoados cânticos, declamações, artes cênicas, com conteúdos que revelavam as lutas do povo por dias melhores. (Brito, 2007) Esse entusiasmo que caracterizou a marcha e o ato público realizado em frente ao prédio da SUDENE ao término da marcha, encorajou as lideranças do movimento para uma atitude mais ousada: ocupar o prédio da entidade para forçar abertura de negociações com organismos governamentais, em especial, com a presidência da república.

Já que várias tentativas de audiência com o Presidente da República para

discutir a questão haviam sido frustradas, essa surpreendente ocupação da SUDENE, em março de 1993, foi, portanto, consequência do agravamento da seca que se prolongava desde o final de 1991, mas também do avanço do nível de articulação dos movimentos sociais, a partir do movimento sindical dos trabalhadores rurais, articulado em torno da CONTAG e com forte empenho da FETAPE, uma das Federações de Trabalhadores Rurais com forte tradição de mobilização social.

A escolha de ocupar esta autarquia em particular se deve ao fato de entenderem que a SUDENE não só representa o Governo Federal no Nordeste como também é o polo aglutinador dos interesses diversificados dos governos estaduais na região [...] No processo de ocupação, os trabalhadores moviam-se diante da possibilidade de redirecionamento da natureza e da função estatais da SUDENE e do resgate do seu papel enquanto um instrumento de mediação e de disputa do espaço público governamental. Foi esta perspectiva que alimentou toda a trajetória de mobilização e organização do movimento. (FREITAS e SILVA, 1993: p. 38).

Este ato demonstra a vontade do movimento sindical e da sociedade civil organizada em resgatar o papel da SUDENE, enquanto instituição mediadora e coordenadora de programas e políticas públicas que respaldem a sua função político-institucional, mas também demonstrar o desejo de focar o seu papel frente ao clamor do semi-árido. Para tanto, os trabalhadores, não só ocuparam de maneira surpreendente, como também fizeram reféns o superintendente da autarquia, os prefeitos e deputados que estavam presentes no prédio.

Tal atitude possibilitou aos trabalhadores rurais, entre outras conquistas, a abertura de diálogo com o governo federal, mobilizou debates no Congresso Nacional e, principalmente, ampliou um grande leque de articulação com diversos sujeitos coletivos da sociedade civil. Entre as possibilidades abertas, o governo federal solicitou ao movimento sindical que formulasse, no prazo de sessenta dias, um projeto capaz de apresentar um outro caminho para a resolução dos problemas da seca e da fome no Nordeste. Tanto pelo tempo reduzido quanto pela pouca articulação anterior das “propostas alternativas”, o documento proposto não esconde fragilidades, mas sugere um profundo redimensionamento na escolha das prioridades e na gestão dos recursos públicos destinados a resolver os problemas da seca no Nordeste. Além disso, o seu processo de elaboração possi-

bilitou principalmente, a criação de um espaço plural, envolvendo o movimento sindical e os movimentos sociais do campo em geral, técnicos e profissionais de ONG's e Igrejas, intelectuais e pesquisadores das universidades, para assumirem o desafio de formular uma proposta alternativa para a questão.

Este processo revelou haver um descompasso entre a espetacular capacidade mobilizadora do movimento sindical e da sociedade civil movimentalista<sup>5</sup> e o seu caráter propositivo de políticas públicas universais, capazes de enfrentar os graves problemas tratados em suas ações.

[...] apesar da força com que os trabalhadores nordestinos se colocaram no cenário de disputa em dimensão nacional, o processo também veio demonstrar a atual fragilidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais e da própria sociedade civil no processo de elaboração, proposição e particularmente, no processo de gestão de programas e políticas públicas. (FREITAS e SILVA 1993, p. 42).

Apesar das fragilidades assinaladas, é importante destacar que esta articulação possibilitou que o movimento sindical dos trabalhadores rurais retomasse uma espetacular capacidade mobilizadora, e, em todas essas mobilizações, construiu um amplo arco de alianças e parcerias em torno de uma questão central para o Nordeste. Dessa forma, esse movimento expressou significativa possibilidade de superar o corporativismo; assumiu bandeiras gerais dos trabalhadores e de toda a população da região; iniciou a elaboração de uma proposta alternativa para um problema secular, inclusive, contrariando interesses históricos da “indústria da seca”, reduzindo a interferência de políticos tradicionais no enfrentamento da questão. Possibilitou, também, a construção do Fórum Nordeste, como continuidade do anterior “Fórum Seca”, e o Seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro”, realizado em maio de 93, no prédio da SUDENE, com a participação de 112 entidades da sociedade civil. Diniz (2002, p. 42), ao citar o documento final do Fórum Nordeste, indica que a construção das propostas se articulavam em torno dos eixos:

5 A este respeito, ver Evelina Dagnino (2002). Ela prefere juntar a categoria “movimentalista” ao conceito de sociedade civil, devido ao uso difuso que o mesmo tem sido assumido por diversas e até divergentes abordagens, portanto, o seu referido complemento de marca um campo de forças e uma referência eu um conceito demasiadamente amplo, utilizado nas atuais formulações das ciências sociais.

a) garantir uma infra-estrutura básica tanto produtiva (armazenamento, reserva hídrica, energia elétrica, insumos) como social (transportes, saneamento básico, comunicação, escolas, postos de saúde); b) garantir a participação dos pequenos produtores na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, capacitando seus representantes para participar dos conselhos gestores; c) organizar os pequenos produtores e sua produção para uma intervenção articulada no mercado (associações e cooperativas), agregando valor à produção por meio do beneficiamento da produção primária; d) garantir aos pequenos produtores o acesso à terra; e) gerar, sistematizar e difundir com as organizações dos produtores, tecnologias apropriadas a cada microrregião; e f) identificar e incentivar pequenas empresas não agrícolas a partir das potencialidades de cada micro-região. (Fórum Nordeste, 2002, p. 42).

Entre março de 1993, com a ocupação da SUDENE, e novembro de 1999, - com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre desertificação (ou COP - 3, como ficou mais conhecida), que se realizou em Recife, como parte das Conferências específicas que são decorrência da ECO - 92, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, desencadeou-se um intenso processo de mobilização e articulação, que veio a se formalizar neste último ano como Articulação do Semiárido Brasileiro ou ASA - Brasil.

Trata-se de uma trajetória que articula grupos comunitários, comunidades de base, associações, grupos de mulheres, grupos de jovens, sindicatos, paróquias - os quais que realizam o trabalho organizativo e mobilizador na base, no local onde as pessoas vivem e trabalham - e passa pela realização de ações mais articuladas ou mobilizações que foram constituindo estruturas organizativas, que, por sua vez, fortaleceram as mobilizações e o enfrentamento do poder instituído, como foi a ocupação da SUDENE, e de outros órgãos públicos em quase todos os estados da região. Essa trajetória criou as condições para negociações de políticas públicas, cujas expressões mais visíveis, foram as frentes produtivas de trabalho, os Conselhos de Desenvolvimento Rural, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Durante a COP - 3 e o Fórum Paralelo foram criados alguns espaços de intercâmbio e diálogo, dentre os quais se destaca a audiência com o ministro do

meio ambiente fruto da articulação de um grupo de entidades ligadas a ASA. Nessa audiência, foi apresentada a proposta de uma experiência, em execução desde o ano anterior, conhecido como “Programa de Mobilização Social 1 Milhão de Cisternas” (P1MC). A proposta de construir um milhão de cisternas se apresentava, por um lado, como uma pretensão concreta, uma vez que a incipiente experiência já apresentava resultados significativos, e, por outro lado, como uma bandeira simbólica, um convite ao compromisso e à solidariedade social, pois a pretensão era lançar uma grande campanha nacional de sensibilização da sociedade civil para o enfrentamento da questão.

Do ponto de vista organizativo e epistemológico, este processo de mobilização e organização, culminado em 1999 no evento paralelo à COP 3, é formaliza a criação da Articulação Do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), a partir dos Fóruns e Articulações Estaduais. Esta decisão de criar uma estrutura organizativa enredada, permanentemente articulada é considerada a maior conquista dos movimentos sociais para os anos seguintes. A ASA realiza em 2000, em Igarassu – PE, o seu Primeiro Encontro Nacional (I° ENCONASA)<sup>6</sup>. Neste Encontro, ainda marcado pela avaliação da participação na COP – 3/ Fórum Paralelo, a ASA reafirma sua dimensão de articulação política de entidades que se identifiquem com a Declaração do Semi-Árido (DSA) e com a Carta de Princípios (CP), os dois documentos fundantes da Articulação e referência, para que qualquer organização, que se identifique com estes princípios e diretrizes, venha a fazer parte da ASA.

Do ponto de vista epistemológico, esta decisão e esta experiência, foram capazes de afirma um novo paradigma, o da “convivência com o semi-árido”, no Nordeste brasileiro, afirmando-se como uma perspectiva profundamente inovadora nos estudos sobre o semiárido brasileiro, redefinindo as relações entre sociedade e Estado na promoção de alternativas de desenvolvimento regional.

Na gestão do governo Lula, a articulação iniciada garante enorme potencialização das ações e dos modelos de organização em rede. A ASA assume uma

---

6 Nos anos seguintes, os ENCONASA's passam a se realizar como espaços coletivos de avaliação das ações e definição de estratégias, bem como de reflexão e aprofundamento de temas importantes para a vida da Articulação e do Semi-Árido. A partir de 2004, esses Encontros deixam de ser anuais e passam a ser bienais.

espetacular capacidade de intervenção, abrindo diálogos com os diversos governos estaduais, envolvendo mais de 2000 organizações sociais permanentemente articuladas em rede. Ao se aproximar na prática a ideia original da construção de um milhão de cisternas, e, diante das diversas avaliações do efeito positivo das mesmas para a qualidade de vida das pessoas, grupos e comunidades, um novo projeto é elaborado e negociado com o governo, o Programa Uma Terra duas Águas (P1+2), que tenta enfrentar uma questão mais estrutural que é a questão da terra.

Para demonstrar a capacidade mobilizadora de uma organização permanentemente articulada em rede, em dezembro de 2011, a partir da ingerência do ministro da integração nacional, o governo federal anunciou a ruptura da parceria com a ASA e, paralelamente, iniciou a distribuição de cisternas de polietileno (PVC), alegando que, deste modo, seria mais rápido levar água até às famílias do Semiárido. Num espaço de pouco mais de uma semana a ASA realizou uma enorme mobilização, com cerca de quinze mil pessoas, ocupando a ponte que liga as cidades de Petrolina em Pernambuco, e Juazeiro na Bahia, chamando a atenção da imprensa nacional e internacional, denunciando o caráter empresarial e os lobbies criados para transferir a implantação das cisternas para uma grande empresa, tanto pela questão metodológica, quanto técnica e política. Tal iniciativa constituiu uma nova plataforma de negociação e proposição, constituindo-se novos mediadores, forçando o governo a voltar atrás em sua decisão, e continuando a parceria e o método de trabalho com efeitos bastante animadores.

### **3. Identidade, oposição e práxis política**

Intenso debate sociológico tem pautado a presença dos movimentos sociais nas últimas décadas. Segundo Alberto Melucci (2001), um dos pesquisadores que mais tem estudado os movimentos sociais na segunda metade do século XX e no início do século XXI, os ‘movimentos’ contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais (MELUCCI, 2001, p. 23). Para ele, o movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações,

---

indivíduos, modelos de comportamento circular por muito tempo nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (Idem, p. 95).

Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de grupos, de pontos de encontro, para este autor,

[...] A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica da vida cotidiana. [...] As formas de mobilização externas refletem as características de solidariedade interna que podem se expressar assim: a agregação é pontual, isto é, surge em torno de um objetivo determinado; a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis... (Idem, p. 97 – 98).

Estas novas formas de mobilização e organização que valorizam, sem formular hierarquias ou níveis de importância, o individual e o coletivo, o político-mobilizador e o afetivo, a solidariedade e a individualidade, trazem em si, segundo o próprio Melucci, suas forças e suas fraquezas. Entre os méritos das redes, Melucci destaca a mobilização de solidariedades primárias, difíceis de serem articuladas em estruturas organizativas complexas; também a de flexibilidade e imediatibilidade que em organizações mais estruturadas seriam impraticáveis; a possibilidade de expressar questões conflitivas e necessidades de participação do cotidiano que não se revelam em outros modelos organizativos hierarquizados. Quanto às fraquezas, ele destaca: os riscos permanentes de fragmentação; dificuldades em montar objetivos gerais e de longo prazo; dificuldades em envolver-se em problemas de política no sentido próprio.

Nesta linha interpretativa, o autor expressa a particularidade das atuais formas de organização e mobilização, sublinhando a descontinuidade analítica dos fenômenos contemporâneos, com relação aos movimentos do passado, particularmente ao movimento operário. Para ele, a invenção das redes a partir do cotidiano é a realização mais visível desta descontinuidade, uma vez que

O movimento é composto de unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante dos seus recursos. Uma rede de comunicação e de intercâmbio mantém, todavia, essas células em contato entre elas; informações, indivíduos, modelos de comportamento circular por muito tempo



nas pequenas redes, passando de uma unidade a outra e favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto (Idem, p. 95).

Estas novas formas de mobilização e organização que valorizam, sem formular hierarquias ou níveis de importância, o individual e o coletivo, o político-mobilizador e o afetivo, a solidariedade e a individualidade, trazem em si, segundo o próprio Melucci, suas forças e suas fraquezas. Entre os méritos das redes, Melucci destaca a mobilização de solidariedades primárias, difíceis de serem articuladas em estruturas organizativas complexas; também a de flexibilidade e imediatibilidade que em organizações mais estruturadas seriam impraticáveis; a possibilidade de expressar questões conflituais e necessidades de participação do cotidiano que não se revelam em outros modelos organizativos hierarquizados. Quanto às fraquezas, ele destaca: os riscos permanentes de fragmentação; dificuldades em montar objetivos gerais e de longo prazo; dificuldades em envolver-se em problemas de política no sentido próprio.

Sociólogos ibéricos, no esforço de realizar a pesquisa acadêmica comprometida com a dinâmica e o avanço dos sujeitos pesquisados, criaram uma referência acadêmica em torno do Coletivo para o Impulso dos Movimentos Sociais (CIMS). Neste Coletivo registramos as contribuições de Jorge Richmann (1994) para quem os movimentos sociais podem ser assim definidos: são mobilizadores; transformam ou impedem a mudança de estruturas sociais; afirmam-se em oposição a um outro, a um oponente; intervêm em processos de cultura política; mantêm certa continuidade e organicidade, o que os diferenciam de certos episódios coletivos, como protestos, manifestações espontâneas e lobbies; seus membros experimentam alto nível de integração simbólica e partilham o sentimento de pertença a um grupo, a uma identidade coletiva; identificam-se como um fenômeno sócio-político contemporâneo; mantêm certo nível de militância formal; seus integrantes pensam e atuam de modo não sistêmico; formam-se por grupos de indivíduos socio-estruturalmente definidos (pelo menos inicialmente), classe social, segmentos de classe, grupos étnicos ou outras formas identitárias estruturalmente dadas. (RICHMANN, 1994, p. 47 – 53).

No que trata especificamente aos chamados “Novos Movimentos Sociais”, Richmann os localiza no chamado período pós – 68. Ele aponta oito traços definidores: I - Assumem uma orientação emancipatória, com o ideário de uma nova esquerda, marcada por valores humanitários, pela crítica humanista ao sistema



dominante e pela resolução de lutar por sua transformação; II – Concentram-se na esfera sociocultural, combinando orientação de poder e orientação cultural, assumindo uma estratégia de auto-regulação no esforço de devolver o poder à sociedade, ao invés de concentrá-lo no Estado (mas não se consideram anti-estatal); III – Têm orientação anti-modernista, não acompanham as ideias e crenças de progresso e de desenvolvimento material e moral linear e interminável; IV – Têm composição social heterogênea, mas com predominância de algum grupo social; V – Assumem objetivos e estratégias de ação muito diferenciados; VI – Assumem modelos organizativos com estruturas descentralizada em forma de rede, demonstrando desconfiança de estruturas hierarquizadas e burocráticas; VII – Exercitam a politização da vida cotidiana e do âmbito privado, não aceitando a dicotomia entre público e privado, que é bastante acentuada na teoria política liberal; VIII- Desenvolvem métodos de ação e mobilizações coletivas não convencionais, com manifestações de massa marcadas por notável componente lúdico, criativo e inovador. (RICHMANN, 1994, p. 56 – 67).

Neste mesmo campo analítico, e devido à importância e rapidez do fenômeno das redes para a realidade social atual, o espanhol Thomas Villasante empreende um esforço de articulação entre diversos campos das ciências sociais para análise das redes, como a sociologia, a política, a antropologia e a ecologia. Assumindo posição próxima dos estudiosos que se articulam em torno dos novos movimentos sociais propõe:

Redes de movimentos e coletivos onde podem conviver (e convocar em torno de uma mesa de mobilização cidadina) desde social-democratas sindicalistas, até alternativos ecologistas, ou desde comunistas críticos até nacionalistas mais ou menos radicais (VILLASANTE, 2002, p. 12).

Ao relacionar redes e movimentos sociais, Villasante constrói uma caracterização dos movimentos sociais a partir do que ele chama de ondas de desenvolvimento. Considerando como “ondas curtas”, as mobilizações realizadas, os protestos, as reivindicações; como “ondas médias”, as organizações sociais e populares, as entidades que se fazem reconhecer melhor para fora; como “ondas longas”, os processos históricos em que os movimentos são sujeitos fundadores. Para ele, a idéia das redes é uma estratégia política e organizativa voltada para articular permanentemente as diferentes ondas: as mobilizações, que muitas ve-

zes estouraram em revoltas sociais e são profundamente marcadas por êxitos reivindicativos e conquistas imediatas; os elementos de socialização promovidos pelas associações e entidades criadas, que experimentam processos de educação política, e apontam para disputas de hegemonia na sociedade, com grande peso histórico e de emancipação social (VILLASANTE, 2002, p. 32).

A experiência social e organizativa que estamos tratando aqui, nascida nos chamados “grotões” do Nordeste, ao mesmo tempo que constrói uma identidade de si, articulada em torno da “Convivência com o semiárido”, conforme acima explicitado, localiza um opositor que se articula em torno da conhecida “Indústria da Seca”, que durante décadas, com o argumento do combate às secas, manteve e reproduziu extrema situação de pobreza e desigualdades no semiárido. Neste sentido, Os movimentos sociais permanentemente articulados em redes, rompem com a dominação social, política, econômica, cultural e intelectual que, durante séculos, tem reproduzido a realidade de desigualdades citada, mas rompe também com todas as iniciativas anteriores de intervenção estatal para o enfrentamento desta situação, presente na agenda social e política nacional desde o século XVIII.

Esta afirmação e este rompimento foram possíveis pela existência da rede permanentemente articulada, que a partir de suas práticas, seus símbolos, seus enfrentamentos, seu respeito às diversas unidades internas que considera as diferenças, mas reconhece que o que as une é mais forte do que o que as separa. Grande parte do esforço mobilizador é para manter a dinamização social das organizações de base, todos os projetos realizados em torno de diversas iniciativas, com destaque para o P1MC e o P1+2, acima referidos, se destinam principalmente à tais organizações. Mas não se descuida da articulação enredada, que é o suporte para a dinamização de todo o processo.

## Considerações finais

Apesar das condições extremas de vulnerabilidade social e ambiental, a participação em organizações comunitárias e movimentos sociais demonstra possibilidade de seres humanos, mesmo em tais situações, assumirem opções sensíveis e orgânicas para melhorar as condições de existência e em defesa de um modo de vida baseado na solidariedade, na cooperação, no pertencimento. Valores estes, mediados pela constituição de expressões organizativas e de luta social e política, em torno de uma expressiva rede de movimentos sociais.

A experiência de constituição de uma rede de movimentos sociais, expressada através da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), indica um momento de avanço dos movimentos sociais locais decididos a lutar para além das práticas cotidianas e dos problemas locais, no rumo de construir alternativas de bem viver. A afirmação do paradigma de “convivência com o semiárido”, com todas as consequências práticas, simbólicas, políticas, propositivas, demonstra a capacidade criada para o enfrentamento da crônica “crise hídrica” que secularmente afeta quase toda a região do semiárido brasileiro, em torno da qual foi formulado o Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC) e posteriormente o Projeto Uma Terra duas Águas (P1+2), negociados e realizados em parceria com o governo federal e governos estaduais. Seguiram-se diversos outros projetos locais, ou intermunicipais, ou regionais, como os bancos de sementes, as sementes da paixão, as barragens sucessivas, os plantios agroecológicos.

A iniciativa em abrir o diálogo com o governo, em torno do Programa de Mobilização Social Um Milhão de Cisternas (P1MC), deve-se ao interesse da Articulação em transformar uma iniciativa que já vinha se realizando pelo esforço da sociedade civil, em política pública, portanto, em política universalizável. Trata-se de uma opção por construir uma “plataforma da solidariedade”, em torno de uma questão central para uma região e para a vida de centenas de milhares de pessoas. Tal experiência evidencia a emergência dos movimentos sociais na relação com as políticas públicas, mas que, em nossa análise, não surge como “um setor” ou uma realidade à parte do Estado e do mercado.

Esta dinâmica que articula exercício da solidariedade e estruturas organizativas que alimentam processos de intervenção, desde a comunidade de base até a articulação nacional, vem se consolidando, se ajustando, através dos encontros e

do desenvolvimento histórico da ASA, que tem, nos Encontros Nacionais, momentos fortes de avaliações, afirmações e/ ou redefinições de estratégias.

Tal experiência demonstra a assertiva de nossa opção teórica de análise movimentos sociais, conforme apresentado por Alberto Melucci, como forma de rede institucional, principalmente como resultado do processo progressivo (e contraditório) de avanço dos movimentos sociais na virada do século. Para a nossa análise, reconhecemos a existência de interesses e atitudes competitivas, mas destacamos sobretudo, seu papel, como impressionante rede de ideias e sensibilidades solidárias convergentes, concretizadas através de formas de amizade, camaradagem, aliança, reciprocidade, que interconectam múltiplas responsabilidades e engajamentos de pessoas, grupos, instituições; numa vasta operação de iniciativas contra a indiferença, em favor da solidariedade que se manifesta de diversas formas e através de diversos sujeitos, incluindo a intervenção nas políticas públicas e na luta pela constituição e afirmação de um novo modelo de desenvolvimento.

O referido debate teórico firmado por Alberto Melucci, mas também pelos pesquisadores do CIMS, como Jorge Richmann e Tomás Vilasantti, tratados neste artigo, contribuem também para percepção de que, além da afirmação da identidade verificada através do paradigma da “convivência com o semiárido”, a ação e organização em rede estão sendo capazes de definir os opositores contra os quais lutam, estes se articulam em torno da histórica “indústria da seca”, que historicamente reproduz e amplia a realidade de extrema pobreza e desigualdade social, em que, latifundiários, empresários rurais, políticos utilizam recursos públicos em benefício destes grupos e pela manutenção da situação, aumentando ilimitadamente as desigualdades e o controle político da população.

Esta opção pela solidariedade nas bases e nas articulações, pelo fortalecimento das organizações, pelo enfrentamento dos problemas do cotidiano e dos problemas estruturais, se concretiza enquanto caminho capaz de promover mudanças na vida das pessoas, grupos, comunidades, de construir sua dignidade e sua autonomia, de evitar a dependência e os vícios do assistencialismo e do clientelismo, é afirmada na ASA pelos diversos sujeitos que a compõem, desde animadores e participantes na base até membros das coordenações intermediárias ou da coordenação nacional. A opção pela solidariedade prática, como um novo modelo civilizatório, contra a insensibilidade e o descomprometimento é

perceptível em diversos níveis da ação da Rede. Esta é a grande lição que esta experiência revela.

Recebido em novembro de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Movimentos sociais e Participação cidadã no Brasil**. São Paulo: Instituto Polis, 1999.
- BRITO, Paulo A.B. **Redes, solidariedade e cidadania democrática: A experiência inovadora da Articulação do Semiárido (ASA)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS/UFPE, Recife, 2007.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Herança de diferenciação e futuro de fragmentação”. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 11, n° 29. São Paulo: USP/ IEA, p. 7 – 36. 1997.
- FREITAS, Giovane Jacó & SILVA, Evanildo Barbosa. **A ocupação da SUDENE: trabalhadores, governo e políticas públicas**. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MALVESI, Roberto. (2003), “Cidadania e água”. In: BEOZZO, José Oscar (org). **Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana**. Curso de Verão XVII. São Paulo: CESEP/ Paulus, 2003.
- MELUCCI, Alberto. (2001), **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis: Vozes.
- RIECHMANN, Jorge & BUEY, Francisco Fernández. **Redes que dan Libertad**. Barcelona: Editora Paidós, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.
-

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social.** Tradução de Carlos Alberto Silveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VILLASANTE, Tomás R. (1998), **Del desarrollo local a las redes para mejor – vivir.** Buenos Aires, Argentina: Editora Lumen/ Hvmánitas, 1998.

ZANRÉ, Ângelo. Às claras para todo mundo ver: o movimento de saques em Pernambuco na seca de 1990-93. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política/ UFPE. Recife: mimeo, 1997.